

Coronavírus: falta de ação do governo federal pode impactar na retomada econômica do país

Da redação

O governo federal tem sido duramente criticado por outros países pela falta de ação no que se refere ao combate ao coronavírus. As polêmicas proferidas pelo presidente Jair Bolsonaro e a insistente descrença em relação ao número de mortes e infectados podem impactar diretamente nas relações internacionais e até mesmo na retomada econômica do Brasil. Para analisar essa imagem negativa em tempos de pandemia, o **Edição do Brasil** conversou com Vladimir Feijó (foto), doutorando em direito internacional e mestre em direito público.



“Governos são passageiros e os autoritários podem até delongar, mas as relações com eles são sempre efêmeras”

Como o Brasil era visto pela comunidade internacional há 10 anos?

Como o lugar mais legal do mundo e isso traz uma ambivalência tanto no sentido positivo, de povo alegre e respeitoso, quanto no negativo de festeiro e irresponsável. Ser o “país do Carnaval” passa a imagem de não ser forte em mais nada. Em 2010, o Brasil era visto como potência emergente e caminhava para ter relevância compatível ao tamanho do território e população.

Depois de duas décadas da nova constituição e dos bons resultados no controle da inflação e crescimento econômico parecia que estávamos prestes a deixar o autoritarismo na história. Ainda em 2010, estávamos comprometidos a sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Brasileiros eram selecionados para presidir organizações internacionais e comandar missões de paz. O país estava completando 20 anos de abertura econômica, diversificando tanto os parceiros comerciais como a pauta exportadora.

Autoridades internacionais criticaram a postura do governo em relação à pandemia. Isso prejudica nossa relação com outros países?

O noticiário internacional já aponta o Brasil como epicentro da pandemia há alguns dias, além de expor cenas impactantes de covas coletivas e hospitais sem insumos para responder à crise. Também houve reforço da imagem de país pobre e desigual, destacando a maior incidência nas vilas e favelas e a interiorização da doença até nas tribos indígenas. Enquanto tivermos altos níveis de contágio, mortes diárias e internações o maior impacto é nos planos de retomada de investimentos projetando dificuldades no retorno e sustento da atividade econômica.

Os ataques de Bolsonaro e de quem o apoia direcionados ao Congresso e ao Supremo Tribunal Federal podem danificar a economia brasileira?

Os ventos de 2020 são de combate internacional ao crime organizado, a lavagem de dinheiro e corrupção em geral. Para que isso ocorra as ferramentas

empregadas são instituições sólidas, independentes e que possam derrotar os poderosos, seja na iniciativa privada ou pública. Gerentes de empresas são cobrados de seus acionistas a terem transparência para medir a efetividade das chances de lucro no futuro. Programas de *compliance*, inclusive, exigem que investimentos sejam feitos em países com certos índices de estabilidade do Estado de Direito. Quando o poder Executivo apoia e instiga protestos contra as instituições ele lança uma imagem de apoio ao passado de absolutismo e que não é confiável. O esquema de freios e contrapesos com todas as suas dificuldades é a base do Estado de Direito.

Muitos afirmam que com a conduta do atual governo, o Brasil fica cada vez mais isolado do mundo. Quais as consequências disso?

A preocupação não é apenas com a resposta em relação à pandemia. O governo federal tem se mostrado inepto em diversas áreas. O esforço de mudar a imagem demanda tempo. Sucessivos governos precisaram dar sequência em projetos de impacto internacional, abandonar o alinhamento automático a uma potência e começar a construir voz própria de um país disposto a ouvir as críticas e sugestões. A reputação de uma nação violenta e instável nunca foi superada. O Brasil segue aparecendo como um lugar de natureza exótica, associado ao ecossistema da Amazônia. Aproveitamos dessa imagem e assumimos o compromisso em favor da energia limpa, combinada a redução da pobreza, com ampliação das reservas ambientais, das nações indígenas e dos quilombolas. Mas a quebra dessas promessas fere as parcerias firmadas.

Em um cenário de *déficit*, pelo menos até 2030, o governo federal pode encontrar dificuldades no futuro de conseguir empréstimos a juros razoáveis. Nós já vimos, inclusive, tratados assinados serem abandonados, como o acordo Mercosul - União Europeia.

Os EUA proibiram a entrada de brasileiros por causa da COVID-19. Quais serão os desdobramentos dessa ação?

Essa é uma medida esperada e que tem sido adotada por praticamente todos os países. O Brasil

também proibiu a entrada de estrangeiros. As consequências conhecidas, mas pouco noticiadas, são a redução de viagens de negócio e de lazer. Com isso, tratativas de novos contratos de importação e exportação são adiadas e até abandonadas.

As pessoas de fora não poderiam vir fazer turismo aqui, já que não teriam como saber se poderiam voltar para suas casas. Num cenário de reabertura geral, fazer parte das nações ainda fechadas, nos lança para o final da fila da retomada econômica. O desdobramento pode se estender a década adiante, já que em competição com outros países eles podem sair na nossa frente.

Há como reverter essa mancha do Brasil no exterior?

Sempre há espaço, mas a destruição da imagem ocorre em ventos fortes, ao passo que a construção demanda esforços contínuos. Tentamos mudar a ideia de país repressivo para um dentro da comunidade de nações, respeitador das normas. Aos poucos construímos uma visão de porta-voz dos interesses de outros que, como nós, estão em processo de desenvolvimento. Houve, porém, o abandono desta posição porque o governo acredita que há um novo tempo e estrutura internacional sendo criados. É uma aposta arriscada e sem respaldo. Enquanto durar o atual arcabouço seremos jogados cada vez mais para escanteio.

O que teríamos que fazer para melhorar nossa imagem internacional?

A primeira medida a ser adotada seria o abandono da prática negacionista dos fóruns internacionais. Será necessário deixar também o discurso religioso. Algo que também tenho convicção de ser importante é confiar nos técnicos e cientistas. Cargos de destaque tem que ser ocupados por quem tem formação na área e reconhecimento entre seus pares. A filiação ideológica e escolha com base exclusiva à fidelidade ao presidente não gera bons resultados porque as relações internacionais são entre países. Governos são passageiros e os autoritários podem até delongar, mas as relações com eles são sempre efêmeras.

EDITORIAL

O bom legado do Judiciário

O desembargador Nelson Missias de Moraes encerra seu mandato à frente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJM) nesta quarta-feira, 1º de julho, ostentando um saldo altamente positivo, tanto pelo legado de sua gestão afirmativa e produtiva, quanto pela trajetória de homem público incomum, capacitado ao diálogo com os demais poderes e com amplos setores da sociedade, sempre escorado em princípios sólidos e não em conveniências ocasionais.

No plano dos avanços para o poder Judiciário merecem destaque a universalização do Processo Judicial Eletrônico (PJe), que estava implantado em apenas 12% dos processos quando ele assumiu e, hoje, está em todas as 297 comarcas do estado; os avanços na área da Tecnologia de Informação (TI), seja com o aperfeiçoamento de sistemas ou com a criação de novas soluções tecnológicas; a inauguração de 24 novos fóruns e a herança deixada de outras quatro ou cinco dezenas em construção; a nomeação de 97 novos juízes e de algumas dezenas de servidores técnicos e administrativos, que vieram preencher lacunas na primeira instância; a inovação em processos, como a criação do projeto Pontualidade, que levou a justiça remota a dezenas de comarcas do interior; e a implantação de um rigoroso programa de Integridade, de forma pioneira no poder Judiciário brasileiro.

Mais do que isso, no entanto, Nelson Missias destacou-se por não ter ficado sentado em seu gabinete, mas ter procurado participar efetivamente da vida do estado, atuando onde havia espaço para o Judiciário e contribuindo para enfrentar a crise. Dois exemplos se destacaram: a iniciativa de, ainda no governo Fernando Pimentel (PT), liderar o acordo para encerrar velha pendência na Izidora, a maior ocupação urbana da América Latina, com alto poder explosivo; e o acordo que proporcionou ao governador Romeu Zema (Novo) e os municípios de quitar, parceladamente, a dívida deixada pelos governos anteriores. Os dois lados são unânimes em afirmar que se não fosse à iniciativa do Judiciário em buscar a conciliação, o impasse levaria estado e municípios a uma crise ainda maior.

Vale dizer que, ao assumir, Missias encontrou o caixa do Tribunal com saldo negativo de R\$ 10,5 milhões e com o Fundo de Reaparelhamento do Judiciário zerado, pelo repasse indevido ao Executivo, por seus antecessores, de mais de R\$ 5 bilhões dos depósitos judiciais. Em vez de apenas se queixar, empreendeu vigoroso programa de recuperação do fundo e pôde desenvolver seus projetos, sem atrasar o pagamento dos magistrados e servidores e, ainda, conseguindo quitar débitos antigos com todos.

É, sem dúvida, um legado excepcional de seriedade e competência na condução do TJMG que, inclusive, credencia o desembargador a ainda prestar novos e bons serviços à vida pública mineira e brasileira.

EDIÇÃO DO BRASIL

EUIÁCIO SILVA

EDITOR-CHEFE DO EDIÇÃO DO BRASIL

Um brinde aos 38 anos do Edição do Brasil

Há um levantamento informal indicando que os jornais impressos ainda estão sendo vendidos de maneira exponencial, mesmo nesta época de crise sanitária. Apesar dos desafios em manter um veículo de imprensa deste tipo funcionando por tantas décadas, o **Edição do Brasil**, que também possui sua versão *on-line*, não abre mão de continuar existindo com a sua edição física pelo fato de esta ter sido a sua tradição ao longo de 38 anos, completados neste último dia 24 de junho. Ele já faz parte da história dos mineiros.

Mesmo com a supremacia da comunicação virtual, atualmente uma realidade brasileira e mundial, o impresso tem seu importante papel para que as informações não fiquem perdidas ou esquecidas em meio à tecnologia. Ele é o responsável por manter vivos valores, crenças, costumes e significados de uma cultura. Muitas pessoas ainda trazem consigo o costume de ler o jornal acompanhado de uma boa xícara de café.

Presente em Belo Horizonte e diversos municípios do Triângulo Mineiro, Norte

de Minas, Zona da Mata e Vale do Aço, a luta para a manutenção do **Edição do Brasil** é persistente. E desse assunto, o jornal entende muito bem, afinal, seu nascimento aconteceu em 1982, depois de 20 anos de ditadura militar no Brasil. A sua filosofia de acastelar ideias democráticas e buscar contribuir para uma imprensa livre continua até os dias de hoje. Então, sempre é válido destacar: a batalha continua com o apoio dos mineiros, claro.

Em 38 anos, o semanário testemunhou e noticiou diversos fatos marcantes na

política e economia do estado, assim como também acompanhou o desenvolvimento social. O jornal é um dos mais respeitados e prima pela imparcialidade e liberdade de imprensa. É um orgulho para quem já contribuiu com este sucesso, cuja mensagem de agradecimento otimista é extensiva aos atuais companheiros, especialmente, aos leitores que recebem o nosso veículo com todo carinho.

Ao longo de quase 4 décadas, nosso trabalho sempre foi retratar com fidedignidade os assuntos do momento, com muita seriedade e compromisso com a informação de credi-

bilidade checada e apurada. As conquistas desse impresso são inúmeras, mas talvez uma das mais importantes seja o fato dele permanecer circulando ininterruptamente por tantos anos.

O momento é oportuno também para registrar: este ano, por conta da pandemia de coronavírus, não foi possível realizar a entrega do Troféu Tancredo Neves, evento que tem a finalidade de homenagear personalidades mineiras dos mais variados segmentos. Por mais de três décadas, diversos nomes importantes que se dedicam para que Minas Gerais seja um estado melhor já foram agraciados.

Por enquanto, a aludida premiação teve que ser adiada, mas no segundo semestre, caso a situação da COVID-19 esteja amenizada, o assunto voltará em pauta e poderá haver a chance de sua realização ainda este ano. Caso contrário, já ficam todos convidados para a continuidade dessa solenidade no próximo mês de junho de 2021.

Um brinde aos 38 anos do **Edição do Brasil**, a imprensa livre e a democracia brasileira.



Neilton Sávio

O conteúdo desta coluna é de responsabilidade exclusiva do seu autor

Edição do Brasil

Editado sob a responsabilidade de Mantiqueira Editorial Ltda.

Euiácio Antônio Silva (Editor-chefe)

Distribuição nos bancos: R\$ 0,50 / A distribuição dirigida é gratuita

Equipe:

Jornalista: Daniel Amaro

Repórter fotográfico: Neilton Sávio

Diagramador e designer: Cristiano Iderlandes

Administrativo/Financeiro:

Luiz Gherardi Marinho
financeiro@jornaledicaodobrasil.com.br

Comercial:
comercial@jornaledicaodobrasil.com.br

Redação:
redacao@jornaledicaodobrasil.com.br

Articelistas não remunerados:

Opinião: Hyé Ribeiro, José Maria Trindade e Sergio Prates.

Economia: André Luiz Martins, deputado Antônio Carlos Arantes, Flávio Roscoe, Marcelo de Souza e Silva e Roberto Fagundes.

Esporte: Emanuel Carneiro, Luiz Carlos Gomes, Sérgio Moreira e Wanderley Paiva.

Colunistas: Acir Antão e Paulo Pedrosa.